



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Bráulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – PROPOSIÇÕES DE LEI

2 – ATAS

2.1 – 57ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura

2.2 – Reuniões de Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATA



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.241

Declara de utilidade pública a entidade Projeto Casa de Israel Prevenção e Recuperação a Álcool e Outras Drogas – Procimoc –, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Projeto Casa de Israel Prevenção e Recuperação a Álcool e Outras Drogas – Procimoc –, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 4 de outubro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.242

Declara de utilidade pública a entidade Rede de Apoio Familiar Humanizado – Rafah –, com sede no Município de Janaúba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Rede de Apoio Familiar Humanizado – Rafah –, com sede no Município de Janaúba.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 4 de outubro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**ATAS****ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/10/2016****Presidência do Deputado Hely Tarquínio**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofício – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 3.821 a 3.825/2016 – Requerimentos n°s 5.565 a 5.567, 5.590 e 5.591/2016 – Requerimentos Ordinários n°s 2.504 e 2.611/2016 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Combate às Drogas e de Desenvolvimento Econômico – Questões de Ordem – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Arlen Santiago, Bonifácio Mourão, Sargento Rodrigues e Cristiano Silveira – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos Ordinários n°s 2.504 e 2.611/2016; deferimento – Encerramento – Ordem do dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Bráulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlen Santiago – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Ivair Nogueira – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Às 14h3min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Doutor Wilson Batista, 3º-secretário, nas funções de 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Ulysses Gomes, 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIO

Da Sra. Luciana Teles Gomes, procuradora do Trabalho, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.846/2011, da Comissão de Assuntos Municipais.

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.821/2016

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Pró-Melhoramento do Bairro Jaqueline, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Pró-Melhoramento do Bairro Jaqueline, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de outubro de 2016.

Deputado Sargento Rodrigues (PDT), presidente da Comissão de Segurança Pública.

Justificação: A Associação Comunitária Pró-Melhoramento do Bairro Jaqueline, em pleno e regular funcionamento desde 31/5/1986, cumprindo suas finalidades estatutárias, é uma instituição civil sem fins lucrativos. Tem por objetivo promover iniciativas que contribuam para o desenvolvimento sociocultural, econômico e esportivo local, regional, nacional e internacional, promovendo assistência e ação social, educacional, esportiva, cultural e filantrópica.

A instituição destina a totalidade de suas rendas ao atendimento de suas finalidades, gratuitamente. Não distribui seus lucros ou dividendos nem concede remuneração ou parcela de seu patrimônio, vantagens ou benefícios, sob nenhuma forma, a seus dirigentes, conselheiros associados ou instituidores. Sua diretoria é constituída de membros de reconhecida idoneidade moral, nada havendo que desabone sua conduta.

Por fim, ressalta-se que é previsto em seu estatuto que, no caso de dissolução da associação, os bens remanescentes serão destinados a entidade congênere, legalmente constituída no Estado, detentora de título de utilidade pública estadual.

Assim, tendo em vista que a entidade preenche os requisitos da Lei nº 12.972, de 1998, esperamos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.822/2016

Altera a denominação do Parque Estadual do Pau Furado, localizado no Município de Uberlândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado Parque Estadual Eduardo Antônio Fonseca Cardoso o Parque Estadual do Pau Furado, localizado no Município de Uberlândia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de outubro de 2016.

Deputado Arnaldo Silva (PR) – Deputado Elismar Prado – Deputado Felipe Attiê (PTB) – Deputado Leonídio Bouças (PMDB) – Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB).

Justificação: Natural de Uberlândia, Eduardo Antônio Fonseca Cardoso foi piloto de automobilismo, no final da década de 1970, e praticante de motociclismo desde a década de 1980. Além da paixão por esportes, o empresário também se dedicava à música, sendo integrante da banda Sob Medida, desde 1983.

Depois de pilotar na Fórmula Ford e na Fórmula 2, Eduardo Cardoso foi para a Inglaterra para tentar realizar o sonho de correr num bólido da F-1, em 1980. Entretanto, teve que voltar para casa, já que não tinha patrocínio na Inglaterra para viabilizar a carreira na F-1.

Frequentador da região de Pau Furado, Eduardo Cardoso sempre defendeu a ideia de que os pilotos atuassem como fiscais voluntários desse parque, já que eles andam com suas motocicletas onde o Estado não consegue manter a fiscalização. Apaixonado pelo esporte, também propôs outra atividade no lago que foi formado na região do Pau Furado, no leito do Rio Araguari: uma escola de remo.

Vale destacar que o Parque do Pau Furado é a primeira unidade de conservação da categoria de proteção integral criada na região do Triângulo Mineiro e está sob a administração do Instituto Estadual de Florestas.

Eduardo Cardoso, empresário, músico e motociclista, faleceu no dia 31 de julho de 2016, aos 64 anos, em Uberlândia. Ele praticava trilha de moto quando faleceu. Segundo informações do Instituto Médico Legal, a causa da morte foi um infarto.

Além da dedicação e do incentivo ao esporte, ele procurava proteger a biodiversidade na região de Pau Furado por meio da conservação e da educação ambiental para o uso público, contribuindo para o desenvolvimento socioambiental de todo o entorno.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto, que visa homenagear o esportista uberlandense Eduardo Antônio Fonseca Cardoso.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.823/2016

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Distrito de Conceição de Ibitipoca, com sede no Município de Lima Duarte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Distrito de Conceição de Ibitipoca, com sede no Município de Lima Duarte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de outubro de 2016.

Deputado Antônio Jorge (PPS)



Justificação: A Associação de Moradores e Amigos do Distrito de Conceição de Ibitipoca, instituição sem fins lucrativos, foi instituída para melhorar as condições de vida da comunidade, com ações em prol da educação, do trabalho e da geração de renda, do meio ambiente, da saúde, dos direitos humanos, da cultura, do esporte e do lazer. A declaração de utilidade pública irá contribuir para o fomento das suas atividades.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.824/2016

Autoriza o Poder Executivo a fazer reversão do imóvel que menciona ao Município de Ubá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a fazer a reversão ao Município de Ubá, sem ônus para o Estado de Minas Gerais, do imóvel pertencente a este último, constituído de um terreno urbano com área de 8.400m² (oito mil e quatrocentos metros quadrados), registrado sob a matrícula nº R-6-19.338, à folha 273 do Livro 2-BR de Registro Geral, cujos limites e confrontação são os constantes na escritura pública de doação lavrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ubá.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de outubro de 2016.

Deputado Dirceu Ribeiro (PHS), vice-líder do Governo – Deputado Durval Ângelo (PT), líder do Governo.

Justificação: Este projeto de lei tem por objetivo fazer reverter imóvel de propriedade do Estado ao Município de Ubá. O bem foi doado por particulares ao Município de Ubá com a finalidade de construção do fórum da cidade, o que não ocorreu; o empreendimento foi efetuado noutra propriedade, por escolha e determinação do próprio Tribunal de Justiça do Estado.

No caso concreto, já se manifestou a própria Advocacia-Geral do Estado, conforme demonstra o relatório em anexo. Mostrou-se indiscutível que “o donatário não cumpriu o encargo, eis que o fórum da Comarca foi construído em outro imóvel, também doado ao Estado”. Tanto a Diretoria Central de Gestão de Imóveis – órgão da Seplag –, como a Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial e a Assessoria Técnica e Jurídica para Gestão Predial – órgãos do Poder Judiciário mineiro – concordaram com a reversão, pois o imóvel doado era já inservível “aos seus propósitos e necessidades”. O parecer da Consultoria Jurídica da Advocacia-Geral do Estado, assinado pelo Sr. Cleber Reis Grego, procurador do Estado, diz:

“Não há dúvidas de ser inservível à Administração Pública o imóvel em tela, como demonstram as manifestações constantes do expediente, nem tampouco de que a doação, contendo condição resolutiva de domínio, dispensa cláusula expressa de reversão para o caso de inadimplemento da obrigação, posicionando-me, neste particular, de pleno acordo com o parecer SEPLAG/AJA Nº 072/2015, já mencionado. De igual forma, e também aqui faço coro com o aludido parecer, é inegável que, efetuada regularmente a doação, o imóvel doado integra o patrimônio público para todos os fins e efeitos, notadamente o de se submeter ao regime jurídico que lhe é imposto por normas constitucionais e ordinárias para sua alienação. Nesse passo, não me parece possível uma simples anuência administrativa à celebração do distrato de doação, fazendo-se necessária lei autorizativa, eis que se trata nitidamente de alienação de bem imóvel público. É regra geral e de sabença comum que a alienação de bens imóveis públicos, além de outros requisitos, está adstrita à autorização legislativa”.

Por fim, pode-se afirmar, em razão da conclusão do excelentíssimo procurador que assina o documento em anexo, juntamente com o procurador-chefe da Consultoria Jurídica, Sr. Danilo Antônio de Souza Castro, e a anuência do advogado-geral do Estado, Sr. Onofre Alves Batista Júnior, que a autorização desta Casa de Leis à proposição que ora apresento faz justa a pretensão.



Não tendo sido dada ao imóvel doado a destinação pretendida e não atendendo mais à finalidade prevista, solicitamos a reversão da doação ao município, que, por conseguinte, o fará à família original. Conto com o apoio dos nobres pares à aprovação deste.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.825/2016

Declara de utilidade pública o Clube dos Forasteiros Forever, com sede no Município de Santo Antônio do Monte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Clube dos Forasteiros Forever, com sede no Município de Santo Antônio do Monte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de outubro de 2016.

Deputado Fábio Avelar Oliveira (PTdoB)

Justificação: O Clube dos Forasteiros Forever é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede no Município de Santo Antônio do Monte. O clube tem por finalidade a promoção de eventos correlacionados à prática das modalidades equestres e cavalgadas, com o objetivo de confraternização dos cavaleiros, entre outras atividades.

Pretende-se, com este projeto, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades, tendo em vista que atende aos requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/1998.

Pelo importante trabalho desenvolvido por essa entidade em sua região, conto com o apoio dos nobres colegas na aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTO Nº 5.565/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Manhuaçu pelo aniversário desse município, em 5 de novembro.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao prefeito, Sr. Nailton Cotrim Heringer, na Praça Cordovil Pinto Coelho, 460, Centro, Manhuaçu, CEP: 36900-000, e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Jorge Augusto Pereira, na Rua Hilda Vargas Leitão, 141, Alfa Sul, Manhuaçu, CEP: 36900-000.

Sala das Reuniões, 5 de outubro de 2016.

Deputada Ione Pinheiro (DEM)

– À Comissão de Assuntos Municipais.

REQUERIMENTO Nº 5.566/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Sete Lagoas pelo aniversário desse município, em 24 de novembro.



Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao prefeito, Sr. Márcio Reinaldo Dias Moreira, na Praça Dr. Barão do Rio Branco, 16, Centro, Sete Lagoas, CEP: 35700-029, e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Fabrício Augusto Carvalho do Nascimento, na Avenida Getúlio Vargas, 111, Centro, Sete Lagoas, CEP: 35700-046.

Sala das Reuniões, 5 de outubro de 2016.

Deputada Ione Pinheiro (DEM)

– À Comissão de Assuntos Municipais.

REQUERIMENTO Nº 5.567/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Santa Margarida pelo aniversário desse município, em 5 de novembro.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao prefeito, Sr. Geraldo Magela Henrique, na Praça Cônego Arnaldo, 78, Centro, CEP: 36910-000, e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Marconi Antônio de Freitas, na Praça Guilhermino de Oliveira, 142, Centro, CEP: 36.910-000.

Sala das Reuniões, 5 de outubro de 2016.

Deputada Ione Pinheiro (DEM)

– À Comissão de Assuntos Municipais.

REQUERIMENTO Nº 5.590/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com os policiais militares e civis listados abaixo, pelo enfrentamento da criminalidade, em prol do cidadão.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Comando-Geral da Polícia Militar, na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, Edifício Minas, 4º andar, Cidade Administrativa, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte, CEP 31630-900; ao Instituto de Criminalística da Polícia Civil, na Avenida Augusto de Lima, 1.833, Bairro Barro Preto, CEP 30190-002; à Delegacia Especializada em Localização de Criança e Adolescente Desaparecidos, na Avenida Brasil, 464, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte, Telefone (31) 3214-3449; à Corregedoria da PMMG, na Rua Rio de Janeiro, 471, Centro, 18º andar, Belo Horizonte, CEP 30160-040; e ao 16º Batalhão PMMG, na Rua Tenente Vitorino, 71, Santa Teresa, Belo Horizonte, CEP 31010-280.

Sala das Reuniões, 5 de outubro de 2016.

Deputado Sargento Rodrigues (PDT), presidente da Comissão de Segurança Pública.

Justificação: Um sargento da Polícia Militar reagiu a uma tentativa de assalto e matou um suspeito na noite do dia 15/9/2016, no Bairro Renascença, região nordeste de Belo Horizonte. O policial estava com uma amiga, no carro dela, quando percebeu que dois suspeitos se aproximavam do veículo. A dupla chegou até o carro, bateu no vidro, mostrou a arma e anunciou o assalto.

O sargento reagiu e atirou contra um dos suspeitos, que morreu na hora. O comparsa, um menor de 16 anos, tentou fugir e acabou apreendido. O revólver também foi encontrado.

Lista dos Policiais Civis Envolvidos

Divisão Especializada de Investigação de Crimes contra a Vida:



Investigador Marcelino Gonçalves de Sousa – Masp 546.903.

Investigador de Polícia II, Nível I, Gerson Damasceno Ciro – Masp 342.177.

Investigador de Polícia II, Nível III, Marcus Vinícius Santos Aguiar – Masp 458.375.

Instituto de Criminalística:

Perito Criminal Nível Especial João Bosco Silvino Júnior – Masp 111.142-0.

Perito Criminal Nível II Túlio de Barros Tissot Sellos – Masp 547.344.

Delegacia Especializada de Localização de Crianças e Adolescentes:

Investigador de Polícia II, Nível I, Tallyson Matheus Alves Amorim – Masp 117.424-7.

Lista dos Policiais Militares Envolvidos

ASS3 – EQ PREV QUAL/CPM2/CPM – Corregedoria:

3º-Sgt. PM Ivan Miranda – 119.804-3.

2º-Sgt. Marcos Rogério Machado Pires – 140.195-9.

Cb. Eduardo Cardoso Alves – 140.210-6.

ENS-CHO/EFO – Academia Militar:

Aluno Paulo César Ramos Laurito – 110.430-6.

SMLSG S MNT TRNP/CAE – Academia Militar:

2º-Ten. PM Gilmar Augusto de Miranda – PM 116.007-6.

16º Batalhão da Polícia Militar:

2º-Ten. PM Cláudio da Silva Rodrigues – 116.573-7.

Cb. Helton Francisco – PM 125.896-1.

Cb. PM Edmilson da Neiva Braz – 42.840-8.

2º-Ten. PM José Antônio Santos – 115.703-1.

1º-Ten. PM Francisco Carlos Barreto Neto – 129.268-9.

Sd. PM de 1ª Classe Ronaldo Lopes Pinheiro Júnior – 136.843-0.

Sd. PM de 1ª Classe Vinícius Teixeira Lima – 162.635-7.

3º-Sg. PM Leonardo Alessandro de Assis – 123.820-3.

Cb. PM Ricardo de Souza Lima – 125.551-2.

– À Comissão de Segurança Pública.

REQUERIMENTO Nº 5.591/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com os policiais militares listados a seguir pela operação policial realizada no dia 16/9/2016, em Piracema, na região Centro-Oeste de Minas Gerais.



Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Comando-Geral da Polícia Militar, na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, Edifício Minas, 4º andar, Cidade Administrativa, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte, CEP 31630-900, e ao 4º Pelotão da 59ª Companhia do 8º Batalhão de Polícia Militar, na Rua Ouro Preto, 87, Centro, Piracema, CEP 35536-000.

Sala das Reuniões, 5 de outubro de 2016.

Deputado Sargento Rodrigues (PDT), presidente da Comissão de Segurança Pública.

Justificação: Durante cumprimento de mandado de busca e apreensão expedido pela juíza de direito da Comarca de Carmópolis de Minas e de Passa-Tempo, os policiais militares abaixo citados se depararam com um dos líderes do Primeiro Comando da Capital – PCC –, que utilizava uma CNH falsa, na Praça José Ribeiro de Assis, onde foi lhe dada voz de prisão. Tendo o autor persistido, foi necessário o uso de força física para contê-lo e algemá-lo. Em seguida, deslocaram-se até a residência do autor, onde foram encontrados outros dois integrantes da maior facção criminosa do País. No mesmo local foram apreendidos os veículos VW Jetta e MMC/L 200 Triton, além de diversos materiais, incluindo maconha, *crack*, 1 munição de calibre .40 de uso restrito, intacta, e um caderno com o controle de movimentação de pagamentos de indivíduos suspeitos de uso e tráfico de drogas. Diante dos fatos, os envolvidos foram presos em flagrante por tráfico de drogas, associação para o tráfico e porte ilegal de munição de arma de uso restrito, conduzidos ao pronto atendimento municipal e posteriormente conduzidos à Depol.

Lista dos Policiais Militares:

2º-Ten. PM Leonardo Ribeiro Batista – 127.274-9

3º-Sgt PM Geraldo Neves dos Anjos – 095.254-9

3º-Sgt PM Cristiano Augusto Naziazeno – 123.841-9

3º-Sgt PM Cleison Lelis de Souza Lara – 139.025-1

Cb. PM Adriano Nunes dos Santos – 131.832-8

Sd. PM de 1ª classe Fernando Alves Buci – 148.834-5

Sd. PM de 1ª classe Robson Alves Fernando de Lima – 155.952-5

Sd. PM de 1ª classe Rodrigo Fraguas Adell – 162.451-9.

– À Comissão de Segurança Pública.

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.504/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

Os deputados que este subscrevem requerem a V. Exa., nos termos do art. 14, inciso V e § 1º, do Regimento Interno, a convocação de reunião especial para homenagear a Igreja do Evangelho Quadrangular por seu 60º aniversário no Estado.

Sala das Reuniões, 5 de outubro de 2016.

Deputado Leandro Genaro (PSD) e outros.

Lista de Convidados:

Pastor Antônio Genaro Oliveira, presidente da IEQ-MG – Pastor Mário de Oliveira, presidente nacional da IEQ – Pastor Valdivino José Mariano, 1º-vice-presidente da IEQ-MG – Pastor José das Dores Brás, 2º-vice-presidente – Pastor Itamar dos Santos, 3º-vice-presidente – Pastor Carlos da Fonseca Soares, 4º Vice-presidente – Pastor Gilberto Máximo, 1º-secretário – Pastora Auzeny Remígio, 2ª-secretária – Pastora Dolores de Oliveira, 3ª-secretária – Pastora Maria José Martins Damasceno, 4ª-secretária – Pastor Luiz Alberto da Rocha D'Ávila, 1º-tesoureiro – Pastor Roberto Ramos, 2º-tesoureiro – Pastor Jhonson Oliveira Marçal, 3º-tesoureiro – Pastor Joel Villon, 4º-tesoureiro – (contato@quadrangular.org – 31-3278-2471).

**REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.611/2016**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 14, inciso V e § 1º, do Regimento Interno, a convocação de reunião especial para comemorar o Outubro Rosa, mês em que são promovidas ações de prevenção e controle do câncer de mama. Nessa solenidade, pretende-se homenagear grupos e cidadãos que se dedicam a esta causa, a exemplo do Pérolas de Minas.

Sala das Reuniões, 5 de outubro de 2016.

Deputado Antônio Jorge (PPS) e outros.

Justificação: O câncer de mama é a principal causa de morte por câncer entre as mulheres. Cerca de 60% dos casos são diagnosticados tardiamente. Em Belo Horizonte, estima-se que 80 novos casos são diagnosticados por mês. Apesar desse cenário, o governo de Minas não deu continuidade ao Programa Estadual de Prevenção e Controle do Câncer de Mama. Por outro lado, a sociedade não está alheia a esse grave problema de saúde pública e se organiza para enfrentá-lo. Hoje, são inúmeros os cidadãos e grupos que promovem ações direcionadas à prevenção e à garantia de acesso a cuidados, medicamentos e tratamentos da doença em Minas Gerais.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Combate às Drogas e de Desenvolvimento Econômico.

Questões de Ordem

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Obrigado, presidente. Lamentavelmente, o governo do Estado sempre está na contramão do desenvolvimento de Minas Gerais. Queremos manifestar nossa contrariedade, nossa insatisfação com o Projeto de Lei nº 3.807/2016, enviado pelo governador, aumentando a carga tributária mais uma vez, trazendo aos contribuintes e ao povo mineiro aumento da carga tributária em vários produtos. Há pouco tempo tivemos aqui um pacote de mais de 151 produtos e mercadorias cujas taxas foram aumentadas. Agora, neste momento de recessão e de dificuldades por que passa o povo mineiro, o governador insiste em mandar a esta Casa mensagem para aumentar o etanol e a gasolina, o que, com certeza, trará sérios e graves prejuízos ao Estado e ao País. Lamentavelmente, é essa a conclusão a que chegamos com a remessa desse projeto. Mas certamente a Assembleia Legislativa vai debatê-lo com a sociedade. Vamos mobilizar todas as forças e segmentos necessários para discutir esse aumento abusivo de ICMS que o governador pretende conseguir por meio de lei. Mas, não bastasse o aumento pretendido na gasolina e no etanol, o governador também faz questão de aumentar o IPVA das caminhonetes, deputado Braulio Braz. Vejam o que está na proposta: “Aumentar de 3% para 4% a alíquota do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores para caminhonetes de cabine dupla ou estendida”. Isso é um absurdo. Mas ainda temos a instituição da “taxa de defesa sanitária animal, a ser paga pelas indústrias frigorífica e de laticínios, incluindo cooperativas, a fim de custear as ações de defesa sanitária animal, combate a zoonoses e indenizações pelo sacrifício de animais”. Quem vai pagar a conta? Os laticínios e os frigoríficos. E, ainda, a criação de taxas ambientais, pois o projeto institui várias hipóteses de cobrança da taxa de expediente sobre serviços relacionados com proteção e conservação do meio ambiente e dos recursos hídricos. No total, são instituídos 30 novos subitens de cobrança, alguns deles com desdobramentos. Tenha dó, governador! Neste momento tão difícil, o governador envia mais um pacote de aumento de carga tributária, pegando exatamente os combustíveis, o etanol e a gasolina, e sacrificando os laticínios e os frigoríficos. Esses setores e muitos outros estão preocupados com esse aumento, proposto numa hora em que o governador jamais poderia ter encaminhado tal mensagem a esta Casa. Então, quero deixar clara a preocupação do nosso bloco, dizendo que não vamos concordar com a tramitação desse projeto. Não podemos nos curvar neste momento, pois sabemos que estamos em recessão e quem vai pagar a conta do aumento de carga tributária é o contribuinte mineiro. Portanto, neste momento estou apresentando requerimento na Comissão de Desenvolvimento Econômico de realização de audiências públicas para discutirmos o projeto com a sociedade. O governo vai buscar

socorro exatamente no etanol, na gasolina, nos frigoríficos e nas licenças ambientais, sendo responsável por isso? Não é possível que se eleve a carga tributária, onerando ainda mais o povo mineiro. Não vamos concordar com isso e vamos debater exaustivamente esse projeto, que está chegando em péssima hora, trazendo prejuízos ao bolso do povo mineiro, com toda essa dificuldade que estamos vivendo. Assim, manifesto nossa preocupação e nosso repúdio por se mandar uma mensagem nesse formato aumentando a carga tributária. Obrigado.

O deputado Arlen Santiago – Sr. Presidente, muito obrigado. Queremos dizer, 1º-secretário e pessoal mineiro que está nos assistindo pela TV Assembleia, que, infelizmente, nesta semana, vimos a assessoria do governador de Minas Gerais dizer que atrasará ainda mais o pagamento do funcionalismo, que as professoras receberão no dia 9, ou talvez no dia 10, e ainda que não sabem o que dizer do 13º salário, vindo a sangrar quem sempre foi leal ao PT, ao eleger esse governador. Além disso, estamos vendo que, em Montes Claros, o Hospital do Trauma não sai do papel e que, em Sete Lagoas e Teófilo Otôni, o hospital regional não acaba. E por aí vai. Queremos também dizer que a saída dada por esse governo que aí está, de aumentar o ICMS da gasolina e o IPVA das caminhonetes, sacrifica ainda mais o povo mineiro. Então, é para acabar com o homem do campo. O pequeno agricultor, ou seja, o agricultor familiar, que tem a sua caminhonete mais velha terá o IPVA a mais. Se a caminhonete dele for a álcool ou a gasolina, aumentará o ICMS. Portanto ele não conseguirá mandar seu produto para o local da venda. Estamos vendo esse absurdo, em Minas Gerais, de aumentar imposto quando, infelizmente, o pessoal que foi eleito para governar se esquece de governar, fica criando mais secretarias e cargos e não administra. Se for feito um pente fino nos aluguéis que o governo do Estado está pagando, veremos que se poderiam economizar muitos milhões de reais. Mas não. Ficam só contratando mais gente e criando mais cargos e secretarias. Como farão para pagar a essas pessoas aí? Agora estamos com muito medo. Por quê? Como o governo do PT saiu de Brasília e deve sair de São Paulo, assim como de vários outros lugares, é perigoso que esse pessoal que sempre tem cargos garantidos na estrutura partidária queira vir para cá. Aí, serão mais secretarias, subsecretarias e impostos em cima do homem do campo do Norte de Minas, do Sul de Minas e do Centro-Oeste. Estamos vendo aí o atraso de salário. Não há dinheiro. Há quase seis meses não se paga o transporte escolar. É um governo que não gosta de educação, porque não quer que os prefeitos façam o transporte escolar. Além disso, deputado Dalmo Ribeiro Silva, desde janeiro, ele não paga o Pro-Hosp aos hospitais nem as contas. O Saúde em Casa é para combater a dengue e a chikungunya. Na Comissão de Saúde, estamos sempre ajudando esse governo que está aí, porque, ajudando-o, estamos ajudando os mineiros. Com muito trabalho, juntamente com o Dr. Gilmar, do CAO Saúde, conseguimos liberar uma verba federal para pagar o Saúde em Casa do ano passado. Então, quanto ao combate à dengue, à zika e à chikungunya, nada acontece. Foi pago com dinheiro federal. De janeiro para cá, grande médico Hely Tarquínio, que cuida tão bem das pessoas de Patos de Minas, não mandaram o dinheiro, não pagaram aquilo que é dos municípios. Portanto estamos vendo aí essa situação de arrasa tudo, rapa tudo, acaba com tudo e nada acontece. Agora vem para cá um projeto. Quero deixar bem claro, em nome do PTB, que nós, deputados Braulio Braz, Dilzon Melo, Arlen Santiago e Felipe Attiê, somos contrários a isso e trabalharemos duramente para não deixar que o governo aprove projetos de aumento de imposto em cima da população. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Rogério Correia – Sr. Presidente, ontem falei sobre a PEC nº 241, que congela as verbas de educação e saúde por 20 anos. Essa PEC vai terminar com a saúde pública e a educação pública. Ontem, infelizmente, na comissão que analisa essa PEC no Congresso Nacional, foi aprovada por maioria dos deputados com esses partidos políticos que hoje estão dentro do governo Temer votando favoravelmente: PSDB, PTB, DEM. Todos votaram para congelar o recurso da saúde pública e da educação pública por 20 anos. Isso significa acabar com o SUS e com a educação pública no Brasil. Hoje, o presidente da Câmara dos Deputados, que é do DEM, disse que, antes disso, quer criar a CPMF. É assim que agem esses partidos de direita no Brasil: imposto para quem é mais rico, e a CPMF é um imposto justo porque taxa quem mexe com muito dinheiro no cheque. Aliás, a proposta de recriar CPMF era só para quem movimentasse acima de R\$10.000,00 por mês. Contra isso eles se colocam, mas não se colocam contra congelar as verbas da saúde, da educação. Não há mágica. Se não tem recurso, você tem de taxar os mais ricos para dividir com os mais pobres. Setenta por cento do povo brasileiro usa SUS e escola pública. Estamos taxando os 30% mais ricos. Aí os ricos gritam: “Não pode ter taxaço,



já está alto”. Mas congelar por 20 anos pode. Aí vem o PSDB, o PTB e o DEM. Aliás, alguns desses – seja qual governo for, eles estão sempre dentro deles; é a boquinha, pode entrar governo de direita ou esquerda, eles estão sempre lá - são favoráveis a congelar o dinheiro para educação e saúde. Veja bem, Paulo Guedes e Cristiano: 20 anos de congelamento. O que acontecerá com a saúde pública, com o SUS? Quero ver quem votar lá, em Brasília, para congelar por 20 anos vir aqui reclamar que não tem dinheiro para o SUS. Porque não vai ter dinheiro para o SUS em lugar nenhum, porque congela. Se já tem pouco, imagina. E lá, em Brasília, eles vão congelar, mas não têm coragem de criar um imposto que taxe as grandes fortunas. Por quê? Porque a Fiesp fez parte do golpe. A Fiesp disse: “Olha, taxa, termina com dinheiro para os pobres, mas, para nós, que somos da Fiesp, não aumentem um centavo de impostos”. E eles continuam sonogando, não combatem a sonogação, e os ricos vão novamente ser beneficiados para que o pobre perca o dinheiro do orçamento. Agora eles estão dizendo que o pobre não cabe no orçamento do Brasil porque o rico, agora representado por esses partidos políticos, que agora reclamam que o salário do servidor não está sendo pago no quinto dia útil... Eles vêm reclamar, mas não querem que a gente possa, por exemplo, taxar caminhonete de cabine dupla para pagar IPVA. Aí não pode, porque é do rico. O mais rico, que tem caminhonete dupla, não pode pagar um pouquinho, 1% a mais de IPVA, mas o pobre, deputada Geisa, pode ficar sem escola pública, sem Prouni, sem dinheiro para universidade. Negro não pode ir para universidade porque não cabe dentro do orçamento. Ora, são momentos de escolhas no Brasil, vivemos numa crise. A escolha deles está sendo acabar com a escola pública e a saúde pública. O governador Pimentel está fazendo um esforço para poder ter recurso para melhorar a escola pública e a saúde pública. Ou era bom na época do Aécio, quando se faziam 112 dias de greves em um ano, 100 dias de greve no outro ano? Era assim que era bom? É isso que eles querem voltar para poder favorecer os mais ricos no Brasil? Ora, todos os pingos dos is têm de ser colocados. O Estado não tem jeito de emitir moeda, então ele tem, já que há uma crise, aliás herdada, porque herdamos o governo com a dívida de R\$7.000.000.000,00. Só a dívida em relação aos recursos do Estado, fora a dívida com a União e a dívida social. Se a dívida era tão alta, como V. Exas. querem que a gente cumpra os compromissos com a educação e a saúde? Ou vamos adotar medidas que Brasília está adotando no governo golpista de retirar o dinheiro da educação e da saúde, que é o que o Dr. Aécio Neves quer. Aliás, o Aécio falou para o Temer tomar as medidas antipopulares rapidamente. É esperto. Joga para o colo do PMDB tomar as medidas antipopulares, e ele, Aécio, fica de fora rindo. Mas ninguém é bobo. O Aécio acha que os outros estão bobos por causa da blindagem que ele tem. Mas agora está ficando claro: Aécio Neves quer tirar o dinheiro da educação e da saúde do Brasil, acabar com a saúde pública e acabar com a educação pública. Isso não vamos fazer em Minas Gerais. PSDB, dispute a eleição. Golpe aqui, não.

O deputado Paulo Guedes – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde. Deputado Rogério Correia, queria falar também nessa linha que V. Exa. acabou de falar. Ouvi aqui o colega deputado Arlen Santiago falar, falar, falar e esquecer-se da situação que herdamos neste estado. Todos sabem da crise econômica que está atacando o País, o mundo, os estados, os municípios. O governador Fernando Pimentel tem feito o possível, todo um esforço para manter o Estado funcionando: saúde funcionando, educação funcionando, segurança pública funcionando. Não tem sido fácil, porque os tucanos que governaram Minas por 16 anos quebraram este estado, endividaram este estado em tudo que podiam endividar. Fernando Pimentel não pegou nem R\$1,00 emprestado desde quando assumiu, não fez nenhuma dívida nova, mas está pagando mais de R\$100.000.000.000,00 de dívidas que os governos tucanos deixaram nos últimos 16 anos. É esse o saldo da irresponsabilidade, da farsa do choque de gestão, tão propagado. Foi vendido ao País que Minas era o melhor lugar para se viver, que aqui havia gestão pública. Essa gestão foi o caos que eles deixaram, essa herança maldita que eles deixaram para o Estado. Eles sabem muito bem, e agora estão fazendo isso com o País, estão fazendo isso com os mais pobres, quando aplicaram esse golpe maldito. E agora que passaram as eleições, deputado Cristiano Silveira, a máscara começa a cair. Esta semana já deram o cano no Fies; estão falando em cortar dinheiro do Bolsa Família; já se fala da reforma da previdência, que vai aumentar em 10 anos o tempo de aposentadoria dos trabalhadores rurais e urbanos, ou seja, é um governo golpista, que só olha para as elites. É todo controlado, organizado por uma blindagem da Rede Globo e dos meios de comunicação, e a população não vai demorar muito para acordar. Uma mentira pode ser contada várias vezes, mas um dia ela cai, a máscara vai cair, quando as pessoas acordarem e virem que estão sendo ludibriadas por um governo corrupto, um governo sem voto, um governo formado por um grupo

de perdedores, que nunca se conformou com o resultado das urnas e que está boicotando o País, envergonhando este país mundo afora. Então esse pessoal não tem moral nenhuma para falar de Minas Gerais, porque eles quebraram Minas Gerais, endividaram este Estado para construir a Cidade Administrativa, que ele tentou vender. Está aí mais uma delação de que foram desviados 5% de todos os recursos da Cidade Administrativa para o bolso do Aécio. E onde está o Moro, que não investiga? Por que só investiga o PT? Está na hora, juiz Sérgio Moro, Ministério Público Federal. Onde estão as 13 delações contra o Aécio, contra vários outros políticos dos partidos dos golpistas? Por que o Eduardo Cunha não está na cadeia? E tantos outros? Então fica aqui essa pergunta, esse desabafo. E quero dizer que estamos atentos na defesa da população, na defesa daqueles que mais precisam. Não vamos arredar o pé de continuar defendendo as conquistas sociais que tivemos neste país nos últimos 13 anos. Não vamos aceitar que tirem recursos do Fies, não vamos aceitar que tirem recursos do ProUni, não vamos aceitar que tirem recursos do Bolsa Família, não vamos aceitar que tirem recursos do Pronaf, do Minha Casa Minha Vida, e de tantos programas que mudaram a vida daqueles que nunca tiveram acesso ao crédito, ao mercado de trabalho. Porque, nos 13 anos de governo Lula e Dilma, foram criados no Brasil 22 milhões de empregos com carteira assinada, que estão indo para o ralo com a política recessiva. Só falta agora, Cristiano, eles chamarem de volta o FMI. Não duvido muito de que, daqui a uns dias, chamem o FMI, que foi expulso daqui pelo Lula, pelo PT. Eles vão chamá-lo de volta para haver mais recessão, mais perseguição e menos gente trabalhando, que é o que eles gostam. Eles gostam de ver os aeroportos só para os ricos, não aceitam pobre voando de avião, não aceitam pobre trabalhando com salário digno, não aceitam que empregada doméstica tenham carteira assinada, querem voltar àquela época do chicote e da chibata, em que pobre tem de sofrer e ralar para os ricos e poderosos deste país. Mas não podemos aceitar isso. Estamos aqui vigilantes e vamos continuar cobrando que as conquistas sociais desses 13 anos sejam mantidas.

Oradores Inscritos

– Os deputados Arlen Santiago, Bonifácio Mourão, Sargento Rodrigues e Cristiano Silveira proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões:

de Combate às Drogas – aprovação, na 11ª Reunião Ordinária, em 4/10/2016, dos Projetos de Lei nºs 3.598/2016, do deputado Douglas Melo, e 3.649/2016, do deputado Sargento Rodrigues; e

de Desenvolvimento Econômico – aprovação, na 16ª Reunião Ordinária, em 20/9/2016, dos Requerimentos nºs 5.331/2016, do deputado Luiz Humberto Carneiro, e 5.465 e 5.466/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, os Requerimentos Ordinários nºs 2.504/2016, do deputado Leandro Genaro e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear a Igreja do Evangelho Quadrangular pelos 60 anos de sua criação, e 2.611/2016, do deputado Antônio Jorge e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para comemorar o Outubro Rosa.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 6, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IDOSO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/7/2016

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Isauro Calais e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Douglas Melo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Isauro Calais, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater o envelhecimento da população. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. José Salvador Silva, médico ginecologista e obstetra fundador do Hospital Mater Dei; João Carlos Barbosa Machado, professor de geriatria da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais; Leonardo Gomes Girundi, advogado pós-graduado em direito público e empresarial; e Mauro Neves de Lima, aposentado. A presidência concede a palavra ao deputado Antônio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2016.

Isauro Calais, presidente – Geisa Teixeira – Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/8/2016

Às 10h7min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Tiago Ulisses, André Quintão, Thiago Cota e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão e, a seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Celso Perioli, secretário nacional de Segurança Pública (5/8/2016); Heberth Percope Seabra, gerente regional da Caixa Econômica Federal (5/8/2016); e Heberth Percope Seabra e Paulo H. Barbosa Pontello, respectivamente gerente regional e gerente-geral de agência da Caixa Econômica Federal (6/8/2016). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 775/2015 (deputado Arnaldo Silva); 1.934/2015 (deputado André Quintão) e 2.954/2015 (deputado Vanderlei Miranda, no 1º turno; e Mensagem nº 172/2016 (deputado Vanderlei Miranda), no turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 1.832 e 2.834/2015 são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão, por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.816/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado André Quintão); 3.099/2015 (relator: deputado Thiago Cota); 3.040/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública (relator: deputado André Quintão), e



3.192/2016 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Thiago Cota). Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte, que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.799/2016. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – Arnaldo Silva – André Quintão – Cabo Júlio.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/8/2016

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Jorge, Léo Portela e Sargento Rodrigues (substituindo a deputada Ione Pinheiro, por indicação da liderança do Bloco Verdade e Coerência), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Tito Torres. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Registra-se a saída do deputado Sargento Rodrigues. O deputado Tito Torres passa a substituir a deputada Ione Pinheiro, por indicação da liderança do Bloco Verdade e Coerência. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.887/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública para debater a adequação das comunidades terapêuticas com vistas a sua atuação no acolhimento de adolescentes;

nº 6.888/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada visita ao Centro Jurídico Universitário da Universidade Newton Paiva, situado na Rua Catumbi, 522, Bairro Caiçara, Belo Horizonte, no dia 19/8/2016, às 14h30min;

nº 6.889/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada visita à Associação Brasileira Comunitária para a Prevenção do Abuso de Drogas – Abraço –, situada na Avenida do Contorno, 477, Bairro Serra, Belo Horizonte;

nº 6.890/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada visita à Assembleia Geral da Associação Nacional pela Restrição da Propaganda de Bebidas Alcoólicas, em Brasília, no dia 24/8/2016;

nº 6.891/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada visita às comunidades terapêuticas do Município de Governador Valadares e região;

nº 6.892/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública no Município de São João Nepomuceno para debater o impacto da propaganda no consumo de bebidas alcoólicas pelos jovens e a necessidade de adequação da Lei Federal nº 9.294, de 1996.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, desconvoca a Reunião Extraordinária do dia 18/8/2016, às 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2016.

Antônio Jorge, presidente – Ione Pinheiro – Léo Portela.

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/8/2016**

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Roberto Andrade e Glaycon Franco (substituindo o deputado Noraldino Júnior, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 329/2015, no 1º turno (Elismar Prado), e Projetos de Lei nºs 1.024/2015 e 3.320/2016, no 1º turno (Douglas Melo). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.915/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre os motivos do não repasse da redução de, pelo menos, 7% no valor do gás natural ao consumidor final por parte do Estado, conforme reportagem veiculada no jornal *Valor Econômico*, em 5/5/2016;

nº 6.916/2016, do deputado Roberto Andrade, em que requer seja encaminhado à Associação Procons Brasil, em São Paulo (SP), à Fundação Procon-SP, em São Paulo (SP), à Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – Proteste –, no Rio de Janeiro (RJ), e ao Procon Estadual do Amazonas, em Manaus (AM), pedido de informações sobre a importância de lei que obrigue empresas e serviços de proteção ao crédito a notificar o consumidor sobre a negativação de seu nome por carta com aviso de recebimento;

nº 6.917/2016, do deputado Elismar Prado, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater e fiscalizar possíveis atos lesivos e criminais praticados por corretores de imóveis, imobiliárias e construtoras, no momento da comercialização de imóveis na planta, condomínios fechados e unidades hoteleiras.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 2016.

Elismar Prado, presidente – Sargento Rodrigues – Douglas Melo.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/8/2016

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta e Doutor Jean Freire, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Caio Barros Cordeiro (7), subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil (2, 5 e 12/8/2016); Francisco de Assis Figueiredo, secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (6/8/2016); Lisandro Carvalho de Almeida Lima, chefe de gabinete da Secretaria de Saúde (12/8/2016); Georgenor Cavalcante Pinto, assessor especial para assuntos parlamentares do ministro da Saúde (5/8/2016); e Ricardo Hernane Lacerda Gonçalves de Oliveira, vice-corregedor do Conselho Regional de Medicina (5/8/2016). O presidente avoca a si a relatoria da visita realizada em Belo Horizonte, no dia 17/8/2016, ao Hospital São Camilo. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.440, 3.554 e 3.584/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o



recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.771/2016. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 6.771/2016, dos deputados Doutor Jean Freire, Geraldo Pimenta e Arlen Santiago, em que requerem seja realizada audiência pública com a presença de representantes do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde, das Secretarias Municipais de Saúde de Belo Horizonte, Santa Luzia, Vespasiano, Ribeirão das Neves, Lagoa Santa e São José da Lapa, do Ministério Público e da direção do Hospital Risoleta Tolentino Neves para debater as dificuldades encontradas por esse hospital e o encerramento de seu atendimento pediátrico;

nº 6.918/2016, dos deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Paulo Guedes e Antônio Jorge, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os repasses financeiros feitos a cada um dos Samus regionais nos últimos quatro anos;

nº 6.919/2016, dos deputados Arlen Santiago, Antônio Jorge e Paulo Guedes, em que requerem seja encaminhado ao Cisrun-Samu Macro Norte pedido de providências com vistas a disponibilizar o portal da transparência para dar publicidade à execução de seu orçamento;

nº 6.920/2016, dos deputados Carlos Pimenta, Arlen Santiago, Antônio Jorge e Paulo Guedes, em que requerem seja encaminhado ao ministro da Saúde e ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a data da última renovação da frota de veículos do Samu Macro Norte e os motivos da não renovação dessa frota desde então;

nº 6.921/2016, dos deputados Carlos Pimenta, Antônio Jorge, Arlen Santiago e Paulo Guedes, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações com vistas a esclarecer os motivos da diferença nos repasses de recursos ao Samu Macro Norte e aos demais Samus nos últimos anos, conforme informação apresentada na 21ª Reunião Extraordinária, em 9/8/2016;

nº 6.922/2016, dos deputados Arlen Santiago, Antônio Jorge e Paulo Guedes, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas à unificação do plano de cargos e salários dos servidores do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu – em todo o Estado;

nº 6.923/2016, dos deputados Antônio Jorge e Arlen Santiago, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para a liberação imediata dos recursos financeiros pactuados na Comissão Intergestores Bipartite – CIB – em benefício do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu – da macrorregião Norte de Minas;

nº 6.924/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações consubstanciadas em cópia dos contratos atuais com prestadores de serviço de mamografia itinerante;

nº 6.925/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada visita à Associação Mineira de Empresas de Biotecnologia e Ciências da Vida – Ambiotec – para debater a cadeia produtiva de saúde, bem como o fortalecimento da competitividade das empresas do setor de biotecnologia e ciências da vida no Estado;

nº 6.926/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a fiscalização da vigilância sanitária, especificando quais ações têm sido desenvolvidas nos Municípios de Coronel Pacheco, Piau, Tabuleiro e Rio Pombo para coibir matadouros clandestinos, salões de beleza sem esterilização de materiais, padarias sem condições de higiene adequadas e mercados que recongelam produtos;

nº 6.927/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública para debater o fechamento de serviços no Centro Psiquiátrico da Adolescência e Infância – Cepai –, hospital psiquiátrico infantil da Rede Fhemig;

nº 6.928/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater o precário financiamento dos serviços de oncologia no Estado, principalmente quimioterapia, cirurgia oncológica e radioterapia, com a presença

do Sr. César Cavini, da Clínica Memorial de Radioterapia Ltda., de Poços de Caldas, e de representantes dos Unacons e dos Cacons do Estado, do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado de Saúde;

nº 6.929/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para ouvir o Sr. Daniel Carvalho Guimarães, procurador-geral do Ministério Público de Contas do Estado, que elaborou o parecer sobre o balanço geral do Estado relativo ao exercício financeiro de 2015, em especial sobre o descumprimento do mínimo constitucional que o Estado deve aplicar nas ações e nos serviços de saúde, com a presença dos demais membros desse ministério, da AMM, do Conselho Estadual de Saúde e de prefeitos e secretários municipais de Saúde.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2016.

Arlen Santiago, presidente – Dalmo Ribeiro Silva – Antônio Jorge.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/9/2016

Às 8h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Felipe Attiê e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados João Leite, Dalmo Ribeiro Silva e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater a conjunção de esforços do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE – perante os setores produtivo, comerciário, de lojistas e de serviços focados no desenvolvimento econômico do Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Isabela Perez, assessora da Presidência do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – Ocemg –, representando o Sr. Ronaldo Ernesto Scucato, presidente dessa instituição; Mônica Soares Lage Costa, superintendente regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais; Marianna Valente Borges, chefe da Seção de Fiscalização do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais; e os Srs. Olavo Machado Júnior, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg – e presidente do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais – Sebrae-MG; Francisco Maurício Barbosa Simões, coordenador da Assessoria Jurídica da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg –, representando o Sr. Roberto Simões, presidente dessa entidade; João Carlos Gontijo de Amorim, superintendente regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais; Emilio César Ribeiro Parolini, presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais – Federaminas; José Luiz de Magalhães Neto, diretor de Relações Governamentais da Associação Comercial e Empresarial de Minas – ACMinas –, representando o Sr. Lindolfo Paoliello, presidente dessa associação; Frank Sinatra Santos Chaves, presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais – FCDL; Bruno Selmi Dei Falci, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte – CDL; Guilherme Lucas Moreira Dias Almeida, supervisor de Estudos Econômicos da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais – Fecomércio –, representando o Sr. Lázaro Luiz Gonzaga, presidente dessa entidade; Frederico Gomes Pessoa de Mendonça, gerente operacional do Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais – Ciemg –, representando o Sr. José Agostinho da Silveira Neto, presidente dessa entidade; Rômulo Luiz Campos, assessor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, representando o Sr. Wilson Luiz da Silva, presidente dessa entidade; Jorge Henrique Costa Augusto, chefe substituto da Seção de Fiscalização do Trabalho; Marcos Henrique da Silva Júnior, chefe da Seção de Saúde e Segurança do Trabalhador; e Domingos de Castro, vice-presidente do Ciemg. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece



suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2016.

Antônio Carlos Arantes, presidente – Roberto Andrade – Fábio Avelar Oliveira – Wander Borges.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/9/2016

Às 14h40min, comparece na Sala das Comissões o deputado Rogério Correia (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Rogério Correia, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater a proposta de redução de gastos públicos com educação no Brasil, o que ofende o princípio constitucional da vedação ao retrocesso de direitos fundamentais. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. Registra-se a presença da deputada Marília Campos. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT-Minas; Cristina del Papa, coordenadora-geral do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino Superior – Sindifes; Júlia Louzada de Souza, membro do Levante Popular da Juventude; Sandra Margareth Silvestrini de Souza, presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça da 1ª Instância do Estado de Minas Gerais; e os Srs. Patrus Ananias, deputado federal; Roberto Franklin de Leão, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Renato de Almeida Barros, diretor do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais – Sind-Saúde-MG. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 2016.

Cristiano Silveira, presidente – Rogério Correia – Doutor Jean Freire.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/9/2016

Às 9h11min, comparece na Sala das Comissões a deputada Marília Campos. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação das ocupações urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Elisabeth Rios Neto, presidente do CRN, solicitando a realização de audiência pública, e da Sra. Renata Salazar Botelho Guarani, solicitando a realização de audiência pública. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Daiana Rodrigues Lima, da secretaria do juízo da comarca de Jequitinhonha (5/8/2016), Érika Cristina Ferraz dos Santos, assessora parlamentar da Casa Civil da Presidência da República (25/8/2016), e dos Srs. Caio Barros Cordeiro, subsecretário chefe da Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais (5/8/2016 e 12/8/2016), Anderson Ferreira, superintendente de coordenação e representação parlamentar da Cemig (5/8/2016), deputado Jaime Martins, presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados (19/8/2016),



Carlos André Mariani, procurador-geral de justiça (13/5/2016 e 31/3/2016), Gilmar de Assis, promotor de justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde (29/3/2016), e deputado Agostinho Patrús Filho, líder do Bloco Compromisso com Minas Gerais (5/8/2016). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Isabella Gonçalves Miranda, militante do Movimento Brigadas Populares; Charlene Cristiane Egídio, coordenadora da Ocupação Rosa Leão; Edna Gonçalves, integrante da ocupação Esperança; e Eliene Veloso, integrante da ocupação Vitória; e os Srs. Alessandro Marques, presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab-MG –; Lucas de Alvarenga Gontijo, professor de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, representando Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães, reitor; Frei Gilvander Luís Moreira, coordenador da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais; William dos Santos, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais; Tiago Castelo Branco Lourenço, professor-assistente do Departamento de Projetos da Escola de Arquitetura da UFMG, e professor da PUC – Coração Eucarístico – Escritório de Integração; Leonardo Péricles Vieira Roque, coordenador nacional do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas; Bruno Demétrio, advogado, representando Thaís Lopes Santana Isaías, advogada popular do Coletivo Margarida Alves; Thalles Viotte, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB; e Orlando Soares Lopes, integrante da ocupação Dandara. A presidência, na qualidade de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2016.

Marília Campos, presidenta – Doutor Jean Freire – Mario Henrique Caixa.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Douglas Melo, Dalmo Ribeiro Silva e Rogério Correia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 7/10/2016, às 8h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.003/2015, do deputado Thiago Cota; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 5.289/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 5.394/2016, do deputado Wander Borges, e 5.523/2016, do deputado Luiz Humberto Carneiro; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 2016.

Paulo Lamac, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Desenvolvimento Econômico

Nos termos regimentais, convoco os deputados Felipe Attiê, Antônio Lerin, Fábio Avelar Oliveira e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 7/10/2016, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de debater o novo marco regulatório de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento de Minas Gerais.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 2016.



Antônio Carlos Arantes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os deputados Durval Ângelo, Carlos Pimenta, Duarte Bechir e Paulo Lamac, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 7/10/2016, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de, em audiência de convidados, debater ações propositivas que visem ao fortalecimento das políticas para a juventude e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 2016.

Cristiano Silveira, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.934/2015

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

Resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 257/2011, o projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Elismar Prado, dispõe sobre a política estadual de incentivo ao direito dos alunos da rede pública estadual de terem acesso ao cinema.

A proposição foi distribuída para as Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Ciência e Tecnologia, e Fiscalização Financeira e Orçamentária. Em seu exame preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem o projeto agora a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em exame tem por objetivo facilitar o acesso dos alunos da rede pública estadual de ensino ao cinema. Para isso, o autor propõe a celebração de convênios entre o Estado e as casas exibidoras de filmes com o objetivo de reduzir os preços dos ingressos e oferecer sessões de cinema para os estudantes agendadas previamente de acordo com o calendário escolar. O autor da proposição pretende ainda que a ampliação do acesso dos estudantes ao cinema seja inserida como objetivo das políticas de incentivo à cultura e à educação.

Facilitar o acesso dos estudantes à cultura e ao lazer é fundamental para promover o seu aprimoramento intelectual. A legislação brasileira reconhece plenamente esse fato, uma vez que já existem diversos instrumentos normativos que estabelecem a concessão de descontos para ingresso em eventos culturais, esportivos e de lazer para os estudantes matriculados em todos os níveis de ensino.

Além desses instrumentos, também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei Federal nº 9.394, de 20/12/1996 – há dispositivo que prevê o acesso dos estudantes à produção cinematográfica, conforme alteração efetuada pela Lei nº 13.006, 26/6/2014, que acrescentou o seguinte parágrafo 7º ao seu art. 26:

Art. 26 – (...)

Parágrafo 7º – A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais.

O objeto da proposição já foi, portanto, atendido no sistema jurídico vigente. Mesmo assim, julgamos apropriado que o incentivo à frequência dos estudantes nas salas de cinema e teatro conste expressamente na política cultural do Estado, como uma forma de reconhecer a relevância do acesso aos bens artísticos para o incremento do repertório cultural dos alunos.

Dessa forma, estamos de acordo com o Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, por incluir no art. 71 da Lei nº 11.726, de 30/12/1994 – que dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais – o incentivo ao acesso às salas de cinema e teatro como um dos programas a serem desenvolvidos conjuntamente pelas Secretarias de Estado de Educação e de Cultura.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.934/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2016.

Paulo Lamac, presidente e relator - Celise Laviola - Sargento Rodrigues.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.906/2015

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Relatório

De iniciativa do deputado Isauro Calais, a proposição em epígrafe “dispõe sobre a afixação de aviso referente ao recebimento da indenização do seguro contra Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – Dpvat – nos hospitais públicos e privados conveniados ao Sistema Único de Saúde – SUS – e dá outras providências”.

Após publicado, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, IV, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise visa obrigar os hospitais públicos e privados conveniados ao Sistema Único de Saúde – SUS – a afixar aviso para informar o público sobre o direito de recebimento da indenização do seguro contra Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – Dpvat –, nos termos da Lei Federal nº 6.194, de 1974. De acordo com o parágrafo único de seu art. 1º, tal aviso deverá constar em cartazes afixados em locais de fácil localização, com a informação de que não há a necessidade de intermediários para requerer a indenização.

Essa lei determina que, para solicitar a indenização do Dpvat, as vítimas ou parentes de vítimas fatais devem se dirigir a uma seguradora conveniada, sendo desnecessária a intervenção ou contratação do serviço de terceiros, como despachantes ou advogados.

Esclarece o autor do projeto, contudo, que de acordo com os dados cadastrados pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon –, diversos são os casos de pessoas que se sentem lesadas em razão da abordagem de despachantes ou



advogados, que procuram os acidentados ou seus familiares em um momento de grande tensão, a fim de realizar o pedido de indenização.

Em sua análise sobre os aspectos jurídicos da proposta, a Comissão de Constituição e Justiça declara que o projeto encontra amparo nas normas constitucionais e legais que dispõem sobre a defesa do consumidor, visto que o art. 5º, XXX, da Constituição da República, coloca a defesa do consumidor entre os direitos e as garantias fundamentais do cidadão. E conclui que “a competência para legislar sobre a matéria é concorrente, cabendo à União editar as normas gerais e aos estados suplementá-las, conforme preconiza o art. 24, VIII, §§ 1º e 2º, da Carta da República”.

No que diz respeito à competência dessa comissão de examinar a matéria sob a ótica da defesa do consumidor e do contribuinte, cumpre-nos observar que comungamos com o entendimento exarado pela Comissão de Constituição e Justiça de que a Lei Federal nº 8.078, de 1990, que contém o Código de Proteção do Consumidor, ao dispor sobre a política nacional de relações de consumo, prioriza o atendimento às necessidades dos consumidores, o respeito a sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria de sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo.

Cabe observar que, embora a Lei estadual nº 11.977, de 1995, obrigue o Poder Executivo a divulgar, amplamente, todas as informações relativas à cobrança, indenização e demais procedimentos envolvendo o Dpvat, isso não implica na perda de objeto da proposição sob análise, visto que se pretende imputar a obrigatoriedade também aos hospitais particulares.

Não obstante a proposição não apresentar vício de natureza constitucional ou legal, essa relatoria entende oportuno apresentar-lhe a Emenda nº 1, a ser formalizada na parte conclusiva deste parecer, com o fim de acrescentar cláusula que estabeleça sanções na hipótese de descumprimento da obrigação ora instituída. Consideramos conveniente, nesse caso, que sejam aplicadas as penalidades previstas no art. 56 e seguintes da Lei Federal nº 8.078, de 1990, que consubstancia o Código de Proteção do Consumidor.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.906/2015, no 1º turno, com a Emenda nº 1, nos termos que se seguem.

EMENDA Nº 1

Acrescente-se o seguinte artigo:

“Art. ... – O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às penalidades previstas no art. 56 e seguintes da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.”.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 2016.

Elismar Prado, presidente – Douglas Melo, relator – Sargento Rodrigues – Noraldino Júnior.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 3/10/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Apoliana Janaína Cruz Batista, padrão VL-37, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Cherem;

exonerando Evando Gonçalves da Silva, padrão VL-40, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Iran Barbosa;



exonerando Guilherme Fernandes Morato, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Avelar Oliveira;

exonerando Vitor Fernandes Colares, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues; nomeando Eféio Bezerra Taumaturgo dos Santos, padrão VL-40, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Iran Barbosa;

nomeando Marcus Vinicius Tapias, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Celise Laviola;

nomeando Nádia Viviana Rocha Rodrigues, padrão VL-34, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Iran Barbosa;

nomeando Reginaldo Ferreira Pinto, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Wander Borges.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 69/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 163/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 21/10/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o fornecimento e montagem de cenário para programas da TV Assembleia.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 6 de outubro de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 71/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 159/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 24/10/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de serviços de reforma de acabamento de teto, com fornecimento e instalação de materiais.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 6 de outubro de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 81/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 188/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 20/10/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de equipamentos de restrição de acesso.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 6 de outubro de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 69/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Agile Empreendimentos e Serviços Eirelli.
Objeto: prestação de serviços de atendimento telefônico e *telemarketing* receptivo e ativo. Vigência: 12 meses contados da assinatura.
Licitação: Pregão Eletrônico nº 32/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.



ERRATA

MENSAGEM Nº 200/2016

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 6/10/2016, na pág. 45, após a expressão “Publicado de acordo com o texto original”, acrescente-se:

“– O Projeto de Lei nº 3.820/2016 e seus respectivos anexos, encaminhados pela mensagem acima, serão publicados oportunamente.”.